

# **Os particulares contornos da migração forçada de mulheres negras: um olhar ao descortinamento de vulnerabilidades trazido pelo projeto “Vidas Refugiadas”**

---

**Los contornos particulares de la migración forzada de mujeres negras: una mirada a la revelación de vulnerabilidades traídas por el proyecto "Vidas Refugiadas"**

**The particular contours of forced migration of black women: a look at the uncovering of vulnerabilities by the “Refugees Lives” Project**

**Cristian Reginato Amador<sup>1</sup>**

**Cristiane Penning Pauli de Menezes<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Vive-se hodiernamente um contexto com inúmeros conflitos ideológicos diante da temática migratória, não em seu sentido reducionista, mas na abordagem essencialmente ampla da ideologia predominante. O caráter desigual presente na distribuição das riquezas mundiais, somado aos numerosos conflitos armados e mudanças climáticas, gera um constante fenômeno migratório, onde pessoas passam a buscar novos lares, novos empregos e, sobretudo, uma vida digna. Ocorre, no entanto, que a narrativa desse fenômeno sempre se dá a partir de uma ótica masculina e eurocentrada e raramente com um foco na mulher, reforçando uma invisibilidade habitualmente experimentada pelo gênero feminino, fato este que se intensifica quando se acrescenta a negritude. Desta forma, após analisar o projeto Vidas Refugiadas e tendo por base o estudo “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil”, pergunta-se: em que medida do projeto Vidas Refugiadas reflete a realidade dos processos migratórios de mulheres negras no Brasil?

**Palavras-chaves:** Migração. Mulher. Negritude. Relações de Gênero. Vidas Refugiadas.

---

<sup>1</sup> Autor: acadêmico do 6º semestre do curso de Direito na Faculdade de Direito de Santa Maria e Mediador e Facilitador no Centro de Mediações e Práticas Restaurativas na Faculdade de Direito de Santa Maria, Brasil. E-mail: cristianreginato031@gmail.com

<sup>2</sup> Autora: advogada, professora e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações e Processos Culturais - Universidade Feevale, Brasil E-mail: cristiane.pauli@fadisma.com.br

Recibido: 25 de octubre de 2019. Aprobado: 5 de Diciembre de 2019

## RESUMEN

Hoy vivimos en un contexto con numerosos conflictos ideológicos con respecto al tema migratorio, no en su sentido reduccionista, sino en el enfoque esencialmente amplio de la ideología predominante. El carácter desigual presente en la distribución de la riqueza mundial, sumado a los numerosos conflictos armados y los cambios climáticos, genera un fenómeno migratorio constante, donde las personas comienzan a buscar nuevos hogares, nuevos empleos y, sobre todo, una vida digna. Sin embargo, sucede que la narrativa de este fenómeno siempre tiene lugar desde una perspectiva masculina y eurocéntrica y rara vez con un enfoque en las mujeres, lo que refuerza una invisibilidad generalmente experimentada por el género femenino, un hecho que se intensifica cuando se agrega la negrura. Por lo tanto, después de analizar el proyecto Vidas de refugiados y basado en el estudio "Perfil socioeconómico de los refugiados en Brasil", la pregunta es: ¿en qué medida el proyecto Vidas de refugiados refleja la realidad del proceso migratorio de las mujeres negras en Brasil?

**Palabras Clave:** Migración, Mujer, Negritudes, Relaciones de género, vida de refugiados.

## ABSTRACT

Today we live in a context with innumerable ideological conflicts facing the migratory theme, not in its reductionist sense, but in the essentially broad approach of the prevailing ideology. The unequal character present in the distribution of world wealth, added to the numerous armed conflicts and climate change, generates a constant migratory phenomenon, where people start looking for new homes, new jobs and, above all, a decent life. However, the narrative of this phenomenon always takes place from a male and Eurocentered point of view and rarely with a focus on women, reinforcing an invisibility usually experienced by females, a fact that intensifies when blackness is added. Thus, following analysis of the Refugee Lives project and based on the study "Socioeconomic Profile of Refugees in Brazil", the question is: in what media of the Refugee Lives project does it reflect the reality of migratory processes of black women in Brazil?

**Keywords:** Blackness. Gender Relations. Migration. Woman. Refugee lives

## **Introdução.**

O progressivo aumento no número de refugiados ao redor do mundo, devido a conflitos armados, inconstâncias climáticas, perseguições religiosas e outras variantes, tem intensificado o interesse no que concerne ao debate sobre migrações. Prepondera, no entanto, uma narrativa branca e masculina, em que ignora-se, desta forma, a discussão do recorte de gênero feminino e, sobretudo, problematizando nesse contexto a realidade mulher negra na realidade migratória.

Assim sendo, confrontados com referido dilema, o presente estudo possui como escopo a análise dos construtos das relações de gênero dentro de um contexto migratório, trazendo à baila também as discussões acerca da negritude feminina. Para tanto, o presente estudo restou organizado em duas seções.

Na primeira seção, o objetivo é abordar e questionar o enlace estabelecido entre gênero, raça e migração, onde serão evidenciados os fatores que tornam necessário o debate acerca do papel da mulher negra em um contexto de migrações. Tentar-se-á, portanto, construir uma narrativa onde as mulheres encontram-se no centro da discussão, desconstruindo narrativas excludentes que tornam estigmatizadas as realidades femininas.

Já na segunda seção, ao analisar o projeto “Vidas Refugiadas” e sua relação com o Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados (ACNUR, 2019), buscou-se ponderar a problemática supracitada e a tentativa do projeto no que tange a pretensão em abrir espaços únicos para que as mulheres possam se expressar e apontar obstáculos do seu novo cotidiano e os caminhos trilhados por cada uma.

Para realizar este estudo, utilizou-se como método de abordagem o dedutivo e monográfico enquanto procedimento. Desta forma, após analisar o projeto Vidas Refugiadas e tendo por base o último estudo “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil”, publicado anualmente, pergunta-se: em que medida do projeto Vidas Refugiadas reflete a realidade dos processos migratórios de mulheres negras no Brasil? É com essa premissa que o presente artigo busca problematizar o racismo e o sexismo

dentro do contexto migratório, imbricando questões contemporâneas que carecem de investigação.

### **A composição das relações de gênero e seu enlace com a negritude feminina: considerações acerca do racismo e sexismo no contexto contemporâneo.**

A sociedade hodierna presencia uma série de tabus em relação a diversos assuntos que dizem respeito a construção das vivências humanas, um deles alude a temática de gênero, sobretudo no que diz respeito a criação do sujeito "mulher" dentro dessa relação. Nasce, nesse sentido, a necessidade em criar uma narrativa capaz de representar completa ou adequadamente as representações políticas das mulheres, que, nas palavras de Judith Butler, "parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada" (Butler, 2003, P. 18).

Desse modo, Butler questiona a criação do sujeito dentro de feminismo, onde a autora destaca que "o sujeito" é uma questão essencialmente política. Em síntese, a construção de um sujeito na sociedade se dá a partir de processos de legitimidade e exclusão, em que estes ritos sociais que tornam essas condutas possíveis são ocultadas e naturalizadas de forma estrutural (Butler, 2003, p. 19).

Butler é enfática, contudo, quando traz a necessidade em se discutir não apenas a criação do sujeito, mas também o debate sobre quem é o sujeito dentro do feminismo. Ou seja, não basta apenas alegar que o sujeito no feminismo é a mulher, é necessário ponderar quem é essa mulher ou, de forma mais adequada, quem são essas mulheres. Ocorre que a definição de sujeito nesse embate transcende a definição de gênero. Gênero, na concepção da autora, nem sempre se apresenta de forma consistente, isso porque essa ideia irá depender de cada contexto, uma vez que gênero, em sua abordagem mais ampla, estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e religiosas (Butler, 2003, p. 20).

Nesse sentido, torna-se impossível isolar a temática de gênero das identidades políticas e culturais estabelecidas nesse contexto, vez que, muito embora em

constantes mutações, são mantidas diante das condutas sociais. Manter a ideia de presunção política do caráter universal de uma base para o feminismo torna possível estabelecer uma singularidade acerca da opressão exercida contra as mulheres. Desta forma, conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho” na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres (Butler, 2003, p. 21).

Assim, estabelece-se uma crítica ao patriarcado considerado universal, que amplia as formas de analisar e de identificar outras formas de opressão e violência que atingem mulheres em diferentes posições e contextos sociais. Isso se dá, principalmente, ao fracasso da corrente que defende esta universalidade no que tange a tentativa de explicar as relações e mecanismos de opressão em culturas concretas (Butler, 2003, p. 20).

Oportuno dizer que a sugestão de uma representação mais ampla do feminismo no tocante ao sujeito que ele próprio cria em suas políticas de identidades pode gerar uma consequência negativa em relação a isso, visto que, levando em conta a recusa em levar em consideração os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações, a abordagem interseccionista pode fracassar. E esse é um dilema ressaltado pela própria autora durante sua teorização sobre o tema, onde verifica-se uma preocupação no que tange a tentativa meramente estratégica do uso dessas categorias que a ideia de patriarcado universal não abarca (Butler, 2003, p. 21).

A partir dos questionamentos da autora, além de evidenciar a divisão que se introduz no debate feminista acerca de sexo e gênero, torna-se necessário trazer à baila a relação estabelecida entre a identidade do sujeito dentro do feminismo e as questões raciais, sobretudo quando se defende uma pluralidade de identidades desse embate e não uma singularidade que é característica da ideia de universalidade patriarcal.

Isso evidencia-se especificamente devido a crítica desenvolvida diante do mito da democracia racial evidenciado no contexto brasileiro. O lugar em que a mulher negra se situa determinará a interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para elas, conforme Lélia Gonçalves, “o racismo se constitui como a sintomática que

caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonçalves, 1984, p. 224). Percebe-se que o racismo, envolto ao sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra especialmente, e isso se desenvolve a partir de certas noções desenvolvidas tanto no que tange a temática sexual quanto na temática racial, em que leva a retornar a questão da mulher negra em uma outra perspectiva (Gonçalves, 1984, p. 224).

Ocorre que, historicamente, mulheres negras sofrem opressões que não se resumem a opressão decorrente do “ser mulher” tão somente. Nesse sentido, o feminismo negro evidencia a necessidade em compreender categorias sociais distintas e que pudessem englobar outras identidades políticas, tornando fundamental a adoção do conceito de interseccionalidade e que este fosse considerado nas análises estruturais como um fim para romper o padrão eurocêntrico (Louro, 2014, p.53).

Pertinente elucidar o que Stuart Hall teoriza como sendo uma “identidade mestra”, em que o autor alega que uma identidade singular não poderia abraçar todas as diferentes identidades. Ou seja, da mesma forma que Butler alega ser necessário estabelecer um sujeito plural acerca do feminismo, Hall aduz que uma única identidade, uma identidade mestra, não é capaz de expressar todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas que possam ser reconciliadas e representadas. Ainda assim, o autor alega que:

De forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas por identificações rivais e deslocantes — advindas, especialmente, da erosão da “identidade mestra” da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos (Hall, 1992, p. 07).

Expressando-se de formas diversas, por vezes independentes e isoladas, ativistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos acerca dos construtos sociais, “apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão do social abraçadas pelas esquerdas, [...] questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social, etc” (Louro, 2014, p. 29).

Desconstruir a polaridade estabelecida na discussão da temática de gênero, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a singularidade interna

de cada um. Significa também perceber que cada um desses pólos, masculino e feminino, é internamente fragmentado e dividido, ou seja, não existe uma mulher, mas sim uma diversidade de mulheres que não possuem identidades iguais, evidenciando, novamente, a crítica feita por Butler diante da ideia de universalidade patriarcal (Louro, 2014, p. 32).

Outrossim, as considerações de Angela Davis (2016), no tocante ao feminismo negro, devem ser consideradas para a construção de uma representatividade emancipatória, uma nova práxis, que seja a favor da luta antirracista, da desconstrução do patriarcal, em sua abordagem ampla e plural, e que possa fortalecer o estado democrático de Direito.

Davis, em suas considerações sobre a vivência das mulheres negras, alega que um dos principais pontos a se levar em consideração alude ao trabalho. A autora desvela uma realidade onde a força e a produtividade eram mais relevantes que as questões inerentes ao sexo. Ou seja, em que pese a opressão sofrida quanto a condição de ser mulher, mulheres negras sofriam opressões equiparadas a violência exercida contra homens negros. Em suma, Davis evidencia um caráter convencional diante dessa exploração, ora a mulher negra sofria opressões que, nesse sentido, eram idênticas à dos homens, ora sofria violências que as reduziam à condição de fêmea (Davis, 2016, p. 25). E tal evidências transcende o tempo.

No século XIX, com a abolição do tráfico internacional de negros, um outro fator passa a ser levado em consideração no que concerne a exploração da mulher negra: a capacidade reprodutiva. Em suma, a classe proprietária de escravos passou a ser obrigada a considerar a reprodução natural como método mais seguro de elevar o número de escravos e escravas domésticas, sobretudo nas décadas que precedem as grandes guerras, em que percebe-se que a fertilidade (ou a falta dela) começa a definir o papel da mulher negra naquele contexto (Davis, 2016, p. 25).

No entanto, conforme Davis,

Isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se

estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (Davis, 2016, p. 25-26).

Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro não significa o abuso do homem contra a mulher tão somente, era também uma expressão ostensiva da dominação econômica estabelecida entre proprietário e a mulher na condição de escrava. A mulher negra além de sustentar o terrível fardo da igualdade em meio a opressão, por outro lado ela também afirmava sua resistência de modo combativo ao desafiar o status quo da escravidão. Assim sendo, então, resistia ao assédio do homem branco, defendia sua família e participava das rebeliões antiescravagista. (Davis, 2016, p. 30-34). No tocante ao feminismo, as mulheres brancas que se uniram ao movimento

antiescravagista ficaram particularmente indignadas com o abuso sexual praticado contra as mulheres negras, porém, embora tenham colaborado de forma significativa na luta contra a escravidão, as mulheres brancas quase nunca compreendiam a relação de opressão estabelecida contra a mulher negra, não por ser mulher tão somente, mas por mulher e negra diante de um contexto exploratório. As mulheres negras eram, de fato, vítimas da opressão de gênero, no entanto, sua vivência durante a escravidão as encorajaram a estabelecer certos traços de personalidade que as diferenciavam das mulheres brancas (Davis, 2016, p. 38-39). Dessa forma, conforme Davis, as mulheres brancas engajadas no movimento feminista

não representam, em hipótese alguma, as experiências acumuladas por todas essas mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência

na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher (Davis, 2016, p. 41)

Assim, abordar as dificuldades políticas acerca das identidades se torna extremamente necessário, uma vez que, de um lado, encontra-se mulheres negras que foram obrigadas a aceitar um caráter secundário no movimento negro, já que entre os objetivos do movimento não encontrava-se a desconstrução do sistema patriarcal estabelecido e, de outro lado, via-se mulheres negras sendo ignoradas no movimento de mulheres em nome de uma homogeneização da vivência feminina. Reitera-se, dessa forma, a crítica feita por Butler no que tange ao objetivo do feminismo, em seus primeiros momentos, em estabelecer uma universalidade patriarcal e uma identidade mestra do “ser mulher” (Fernandes, 2016, p 697).

Pode-se dizer, então, que para a mulher negra, não havia união ou sequer complacência das bandeiras pelas quais lutar no movimento de negros e no movimento de mulheres. O machismo e o racismo estabelecia-se como barreiras à sua participação política significativa. Ignorada por ambos os grupos, a mulher negra sentiu o peso de “lutar contra o mundo todo” a fim de estabelecer sua identidade como mulher negra e não mulher tão somente.

Sueli Carneiro, um dos nomes mais importantes da militância negra no Brasil, exhibe uma necessidade em “enegrecer o feminismo”. A autora evidencia que os pilares que sustentam o feminismo branco não faz sentido na vivência das mulheres negras e, restritamente, das mulheres negras brasileiras. Ela critica, por exemplo, o mito da fragilidade humana que, embora também seja uma crítica feita pelo feminismo branco, se torna incoerente no momento em que analisamos o fato no que concerne a masculinização das mulheres negras durante a história. Ou seja, enquanto as mulheres brancas lutam, por exemplo, por estabelecer sua participação no mercado de trabalho, mulheres negras trabalhavam há séculos como escravas, empregadas domésticas e até mesmo prostitutas. Ademais, além desse caráter braçal, mulheres negras, já no período pós-colonial, oportuno ressaltar, passaram a ter um papel de matriz familiar, sustentando marido e filhos, visto que os homens negros foram gradativamente substituídos por estrangeiros (Carneiro, 2003, p. 2-3).

Carneiro é enfática quando reitera que “enquanto coube às mulheres brancas romper as barreiras do espaço privado da casa para ganhar o espaço público por meio de uma atividade profissional, as mulheres negras já estavam no mercado de trabalho (formal ou informal) há muito tempo” (Carneiro, 2003, p. 3).

Em linhas gerais, “enegrecer o feminismo” significa articular a igualdade de gênero com o racismo e não mais ignorar o impacto das questões raciais sobre as relações de gênero. Assim, Carneiro conclui que feminismo eurocentrista distancia-se da realidade da mulher negra ao desvalorizar sua história de lutas e resistências. Além disso, ele reafirma o mito da democracia racial brasileira, que, conforme já mencionado, visa igualar a opressão de mulheres, ignorando, então, o quanto a negritude potencializa a exclusão social. Por isso, o feminismo negro defende, em síntese, o estabelecimento de uma identidade plural no tocante ao feminismo onde a perspectiva de gênero se apresenta como uma variável teórica. Isto significa dizer, nas palavras de Fernandes, “que não se trata apenas de superar as desigualdades geradas pela hegemonia masculina: o combate ao racismo é essencial à luta” (Fernandes, 2016, p. 704).

### **A Mulher Negra Em Situação De Migração Forçada: Uma Análise A Partir Do Projeto “Vidas Refugiadas” E Do Estudo “Perfil Socioeconômico Dos Refugiados No Brasil”.**

O processo de imigração socioeconômico representa um fenômeno complexo que ocorre por diversas motivações: ameaça à vida e a subsistência, causas naturais ou humanas. Nesse perverso caminhar, o imigrante forja uma nova realidade, buscando um novo território que lhe traga a possibilidade de vida digna. Neste contexto, há que se frisar que a globalização acirrou o fluxo de imigrantes na modernidade. A migração é uma realidade posta e ao menos por hora irreversível, contudo, o foco das políticas públicas é a efetiva inclusão desses imigrantes, forçados a viver na clandestinidade (Redin, 2013, p.41).

A realidade da migração forçada é representada por uma violação de direitos humanos em diversas camadas. Os imigrantes que ingressam no Brasil em busca de melhores condições percebem-se despidos das nuances da vida politizada, tendo em vista que

não raro vivem isolados, vivenciando o que Redin (2013, p.30) denominou “a inclusão exclusiva da vida nua no Estado”. Nesse panorama, o Estado, por meio de aparatos legislativos, restringe o ingresso de imigrantes às condições de interesse nacional. Ou seja, o Estado impede o estrangeiro de participar do espaço público, “como sujeito de seu próprio destino” (Redin, 2013, p, 30).

Analisar a questão do refúgio das mulheres - em sentido *lato sensu* - no Brasil não é tarefa fácil, posto que são escassos os relatórios acerca da temática. Ao buscar-se um recorte que abarque a raça, as informações são ainda mais desconstruídas. Contudo, o estudo “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil” e o Projeto “Vidas Refugiadas” podem proporcionar um debate interessante acerca da celeuma ora proposta.

Assim sendo, o “Vidas Refugiadas”, surge justamente no contexto do refúgio feminino, problematizando e denunciando a possibilidade de evidência de um processo de anulação da mulher refugiada, tendo em vista que a condição dessas mulheres lhes limita o acesso a direitos, provoca uma perigosa repetição das violações já experienciadas e amplia o seu processo de aculturação e consequente exclusão social (Vidas Refugiadas, 2019, s.p).

A especialidade do referido projeto ganha relevância ao dar luz de palco a essas mulheres que não possuem voz e nem vez, tornam-se protagonistas de uma nova história, que traz visibilidade a uma questão pouco problematizada no seio da sociedade hodierna. Nesse sentido:

A violência silenciosa se manifesta justamente quando a vítima não mais é visível aos olhos da sociedade civil e do Estado. É a violência banalizada pela crença nos dogmas de um Estado Democrático de Direito, que é capaz de garantir uma liberdade formal e artificial, diretamente vinculada ao acesso restrito pelos direitos subjetivos aos meios de produção. Essa violência silenciosa apropria o humano, despreza sua condição humana e o confina no espaço privado, impossibilitando-o de voz e ação (Redin, 2013, p. 42).

Partindo então para o cerne da presente pesquisa, analisando o sítio eletrônico do Projeto, evidencia-se que a problemática do refúgio possui o recorte de gênero, trazendo à baila a realidade de oito mulheres. São elas:

1. **SILVYE:** Advogada, nacional da República Democrática do Congo (RDC), 34 anos, casada e mãe de 4 filhos. Refugiada reconhecida pelo Governo Brasileiro desde 2014.
2. **ALICE:** Artista, nacional do Burkina Faso, 24 anos, solteira e sem filhos. Refugiada reconhecida pelo Governo Brasileiro desde 2015.
3. **NKECHINYERE JONATHAN:** Professora de inglês, nacional da Nigéria, 44 anos, casada e mãe de 4 filhos. Solicitante de refúgio no Brasil desde 2014.
4. **JEANNETE:** Cabeleireira, (nacionalidade e idade omitidas), casada e mãe de 4 filhos. Solicitante de refúgio no Brasil desde 2014.
5. **MAYADA:** Professora de Francês e Diretora de Departamento na Universidade de Damasco, nacional da Síria, 50 anos, casada e mãe de 2 adolescentes. Refugiada reconhecida pelo Governo Brasileiro desde 2014.
6. **MARIA:** Jornalista, nacional de Cuba, 40 anos, divorciada, sem filhos. Solicitante de Refúgio no Brasil desde 2014.
7. **AICHATA:** Pedagoga, nacional do Mali, 30 anos, casada e mãe de 01 filho. Solicitante de Refúgio no Brasil desde 2014.
8. **VILMA:** Estudante, nacional de Angola, 21 anos, solteira e sem filhos. Solicitante de refúgio no Brasil desde 2014.

Já da descrição apresentada pelo projeto, percebe-se que a raça não foi objeto de recorte, contudo, quando se parte para a análise das histórias particulares de cada uma dessas mulheres, o que evidencia-se é que há um protagonismo de mulheres negras nesse contexto. Da mesma forma, o Resumo Executivo do Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil, elaborado entre os dias 13 de julho de 2018 e 20 de fevereiro de 2019, se propõe a evidenciar dados que, nesse sentido, são refletidos pelo projeto Vidas Refugiadas.

Com o objetivo de estabelecer diversas variáveis sócio demográficas e laborais, o estudo realizou um total de 498 entrevista, o que corresponde a 97% do total estabelecido inicialmente. Entre os entrevistados, a pesquisa selecionou pessoas em situação de refúgio que localizavam-se em 8 estados distintos, quais sejam, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais e Amazonas. Após concluir a pesquisa e definir o público atingido, o Resumo Executivo definiu recortes temáticos que abarcam religião, nacionalidade, escolaridade, etc. No entanto, a fim de explorar o núcleo do presente trabalho, destacou-se os critérios de gênero e raça estabelecidos através da pesquisa socioeconômica (ACNUR, 2019, p. 2).

No que tange ao recorte de gênero, a pesquisa demonstra que 47,5% do participantes da pesquisa são homens, enquanto as mulheres representam 22,4% de participação (ACNUR, 2019, p. 2-3). Não pretendendo aprofundar-se na problemática, oportuno, porém, trazer à discussão breves apontamentos acerca dos dados apresentados. Apesar de serem dados oficiais e fidedignos, não representam, no entanto, a realidade migratória no contexto contemporâneo. De acordo com Assis, a partir da metade do século XX houve um considerável aumento da participação feminina nas migrações internacionais. Assim sendo,

As mulheres imigrantes hoje não seriam simplesmente cópias das imigrantes do passado em uma vestimenta moderna. Elas chegam com diferentes capitais humanos - muitas delas com melhor nível educacional e maior qualificação que as mulheres que chegaram no final do século XIX e início do século XX. As imigrantes contemporâneas beneficiam-se da expansão das oportunidades educacionais e de emprego, além de uma legislação liberalizante no que se refere ao divórcio e às discriminações de gênero. Embora essas diferenças sejam significativas, haveria mais similaridades que diferenças entre a vida dessas mulheres migrantes de diferentes origens nacionais (Assis, 2007, s.p).

Estudos feministas apontam o que é possível chamar de “feminização das migrações”, ou seja, como já dito anteriormente, presencia-se um aumento da participação de mulheres nas migrações nacionais e, sobretudo, internacionais. Isso se dá, por exemplo, a partir do processo de feminização da pobreza, uma vez que, segundo as Nações Unidas, 70% dos pobres do mundo são mulheres e, portanto, acabam

migrando a fim de encontrar melhores condições de vida para si e seus familiares (Lisboa, 2006, p. 151-152). Da mesma forma, a Lisboa alega que:

Por sua vez, o número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos à mulher na família, incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos (LISBOA, 2006, p. 152).

Assim sendo, os estudos sobre migrações têm ignorado as mulheres, em que elas acabam sendo colocadas em posição de dependência dos homens. As diferentes teorias sobre migrações, segundo Lisboa, têm se detido no debate sobre as causas econômicas e políticas acerca deste fenômeno vinculando-os a “oportunidades de emprego para homens – provedores de família – no modelo capitalista de desenvolvimento, ou reduzem o migrante ao proletário” (Lisboa, 2006, p. 152).

Retornando ao cerne da pesquisa, o Resumo Executivo também traz alguns dados acerca do recorte racial estabelecido. Assim, a pesquisa evidencia que negros e pardos somam 59% dos envolvidos no levantamento (ACNUR, 2019, p. 3). Ao analisar o papel do Projeto Vidas Refugiadas nesse contexto, percebe-se que há um reflexo representacional, ou seja, da mesma forma em que a pesquisa demonstra que a maioria dos refugiados são negros, o projeto entra na discussão levando em conta a participação majoritária de mulheres negras.

As experiências migratórias são afetadas por aspectos que não podem ser compreendidos através da utilização de uma ou duas categorias de análise, tais como a nacionalidade e gênero, por exemplo. As relações migratórias envolvendo mulheres perpassam por imbricações entre noções de sexualidade, gênero, raça, nacionalidade, religião etc. Da mesma forma em que torna-se inviável avaliar as opressões sociais de forma universal, onde há uma singularidade de sujeitos, torna-se inviável, também, analisar os construtos migratória sem levar em conta aspectos necessários nesse debate, sobretudo a construção racial em que a sociedade está submersa (Piscitelli, 2008, p. 269).

Acontece que o Projeto Vidas Refugiadas e o Perfil Socioeconômico da ACNUR desvelam uma realidade que há tempos se destaca nas problemáticas entrelaçadas às relações migratórias. No caso do Projeto, das oito mulheres presentes em sua descrição, sete delas são mulheres negras.

Neste cenário, a única integrante do projeto que evidencia uma realidade diversa é a Mayada. Mayda gozava de uma vida estável no que tange a sua capacidade financeira, ela atuava como professora universitária e seu marido possuía seu próprio consultório enquanto protético. Em abril de 2010, porém, com a explosão da guerra civil e a opressão dos soldados do Estado Islâmico contra os cristãos, a realidade da Mayada sofreu constantes reviravoltas e, assim como as demais mulheres do Projeto Vidas Refugiadas, foi obrigada a buscar auxílio em outros lugares (Vidas Refugiadas, 2019, s.p).

Entre as histórias das integrantes do projeto, encontra-se casos como o da Sylvie, mulher negra que ainda jovem se casou com um militante político, ou como o caso da Alice, também mulher negra que residia na Costa do Marfim até quem 2002 foi obrigada a regressar ao seus país de origem, Burkina Faso, devido a guerra civil que eclodiu em setembro do mesmo ano. Jeannete, por sua vez, é uma das filhas de um líder islâmico, casou-se aos 14 anos com um muçulmano, como quem teve quatro filhos e, após a morte do seu primeiro marido, teve de trabalhar com venda de tecidos para manter seus filhos. Jonathan é professora de inglês, Maria sempre trabalhou como temas relacionados a antropologia política, direitos humanos etc, Vilma como estudante secundarista e militante política em Luanda, ambas negras e com forte envolvimento em movimentos sociais contra opressão de distintos grupos dominantes. No que se refere a Alchata, nem mesmo o projeto traz informações concretas sobre ela (Vidas Refugiadas, 2019, s.p).

Em que pese a clara discrepância no que tange a abrangência, ambos representam aspectos semelhantes diante da temática. O Projeto Vida Refugiadas reflete a realidade vivenciada por pessoas em diversos contextos migratório, sobretudo quando parte-se da análise feita dos dados publicados anualmente pela ACNUR através do perfil socioeconômico dos migrantes. De um lado, um projeto em que entre as pessoas que o integram encontram-se apenas mulheres, e apenas uma delas expressava uma realidade diversa em período anterior ao processo de migração. Em síntese, como

mencionado anteriormente, é possível afirmar que o perfil majoritário presente no projeto é o de mulher negra, classe média ou baixa e militante no que tange aos direitos humanos. Da mesma forma, mas através de aspectos diferentes, os levantamentos feitos pela ACNUR no ano de 2019 evidencia que mais da metade dos envolvidos são negros ou pardos e que, segundo a ONU, 70% dos pobres do mundo são mulheres. Isso, portanto, evidencia as similaridades entre o projeto e os dados obtidos através dos levantamentos, destacando, portanto, um “reflexo representacional”.

### **Conclusão.**

O projeto “Vidas Refugiadas” é uma representação do contexto do refúgio feminino, problematizando e denunciando a possibilidade de evidência de um processo de anulação da mulher refugiada, tendo em vista que a condição dessas mulheres lhes limita o acesso a direitos, provoca uma perigosa repetição das violações já experienciadas e amplia o seu processo de aculturação e consequente exclusão social.

Conforme demonstrado no segundo capítulo deste artigo, a especialidade do referido projeto ganha relevância ao dar luz de palco a essas mulheres que não possuem voz e nem vez, tornam-se protagonistas de uma nova história, que traz visibilidade a uma questão pouco problematizada no seio da sociedade hodierna. Percebeu-se que a raça não foi objeto de recorte, contudo, quando se parte para a análise das histórias particulares de cada uma dessas mulheres, o que evidencia-se é que há um protagonismo de mulheres negras nesse contexto.

Concluiu-se que estudos feministas apontam o que é possível chamar de “feminização das migrações”, ou seja, como já dito anteriormente, presencia-se um aumento da participação de mulheres nas migrações nacionais e, sobretudo, internacionais. Isso se dá, por exemplo, a partir do processo de feminização da pobreza, uma vez que, conforme dado supracitado, segundo as Nações Unidas, 70% dos pobres do mundo são mulheres e, portanto, acabam migrando a fim de encontrar melhores condições de vida para si e seus familiares.

Através da análise do Projeto Vidas Refugiadas, bem como do estudo no que tange aos construtos das relações de gênero e acerca da interseccionalidade dos estudos feministas, é possível concluir que o referido projeto evidencia um reflexo no que concerne ao aspecto representacional de mulheres negras em contextos migratórios. Ocorre que, no entanto, são pautas pouco debatidas em âmbito teórico e prático, em que percebe-se uma tentativa em implementar uma discussão *universal* sobre as problemáticas. Ora ignora-se a discrepância diante da relação de opressão contra negros, especialmente a mulher negra, ora ignora-se a vulnerabilidade da própria mulher dentro da realidade das migrações forçadas. O que evidencia, portanto, a necessária discussão sobre tais aspectos e, sobretudo, a importante distinção entre realidades vivenciais e a necessária relevância a ser dada aos diferentes aspectos diante da discussão. As relações migratórias envolvendo mulheres perpassam por imbricações entre noções de sexualidade, gênero, raça, nacionalidade, religião etc, o que torna inviável partir da análises simplistas.

**Referências bibliográficas.**

- ACNUR. (2019). Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>>. Acesso em 03 de Outubro de 2019.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. (2007). Mulheres Migrante no Passado e no Presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 15, n. 3. s.p.
- BUTLER, Judith. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Imagem Virtual.
- CARNEIRO, Sueli. (2003). "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero" In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora.
- DAVIS, Angela. (2016). *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- FERNANDES, Danubia de Andrade. (2016). O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 691-713.
- GONZALES, Lélia. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais hoje*. Anpocs, p. 223-244.
- HALL, Stuart. (1992). A questão da identidade cultural. In Hall, S., Held, D. & McGrew, T (orgs.) *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity/Open University.
- LISBOA, Teresa Kleba. (2006). Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. In: REHMU- *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XIV, n. 26 e 27. Disponível em:

<<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu>> . Acesso em 05 de Outubro de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.

REDIN, Giuliana. (2013). *Direito de imigrar, Direitos humanos e Espaço Público*. Florianópolis: Conceito editorial.

VENTURA, Deisy. (2010). *DIPLOMATIQUE; Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração?* Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=744>.